

O **MINISTÉRIO PÙBICO FEDERAL – MPF**, presentado pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições, e com fundamento nos arts. 127, 129, II e III, da Constituição Federal e no art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/1993;

A **SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR – SENACON**, no exercício das atribuições estabelecidas no art. 17 do Decreto nº 11.348/2023, no art. 3º do Decreto nº 2.181/1997, e no art. 109 da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor ou CDC);

A **AGÈNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ANPD**, autarquia especial, responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais no país, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Federal nº 10.474/2020 e do art. 55-J da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Pùblico Federal zelar pelos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, entre os quais se destacam o da autodeterminação informativa e da proteção de dados pessoais, o da privacidade e da intimidade, o da autodeterminação sexual e da integridade sexual, física e psíquica, inclusive em face dos fornecedores de serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social, nos termos do art. 5º. I, II, d, III, e IV, da Lei Complementar nº 75/1993;

CONSIDERANDO as atribuições da Senaçon e de seu Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) para coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), promover a prevenção e a repressão a infrações, aplicar sanções, celebrar compromissos de ajustamento de conduta e definir práticas e cláusulas abusivas, nos termos do art. 17 do Decreto nº 11.348/2023;

CONSIDERANDO as atribuições institucionais da Agência Nacional de Proteção de Dados, em especial as de zelar pela proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação; a proteção do melhor interesse da criança e do adolescente no tratamento de dados pessoais, garantido pela LGPD e ratificado pela Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital); estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, os quais deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o porte dos agentes de tratamento; e dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento de dados pessoais, respeitados os segredos comercial e industrial, nos termos do art. 55-J (inc. I, inc. VI, inc. VIII e inc. X) da LGPD;

CONSIDERANDO que as três instituições acima referidas receberam, nas últimas semanas, representações em face da **X BRASIL INTERNET LTDA.** (doravante “X”), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 16.954.565/0001-48, noticiando potenciais ilícitudes relacionadas à inteligência artificial denominada Grok, nativa e integrante da plataforma digital “X” (antigo Twitter);

CONSIDERANDO que, segundo as representações, o Grok seria um modelo de inteligência artificial (*chatbot*), nativo da plataforma X, que reagiria a comandos (*prompts*) formulados pelos usuários, respondendo perguntas, sintetizando postagens etc., e que, mais recentemente, ele teria passado

a possibilitar a edição automatizada de imagens, inclusive de terceiros, sem que seja verificada a autorização das pessoas retratadas, a compatibilidade desse recurso com a idade dos envolvidos, ou mesmo a legitimidade da finalidade visada por essas ações;

CONSIDERANDO que, devido a essa ampla permissividade de tal ferramenta nativa, usuários do X estariam comandando ao *chatbot* a criação de *deepfakes* (isso é, de imagens falseadoras da realidade, sintetizadas por máquina) de teor sexual, erótico e pornográfico de mulheres adultas, sem a devida autorização, e de crianças e adolescentes reais;

CONSIDERANDO que tais *deepfakes* de mulheres e de crianças e adolescentes reais, produzidas por meio do Grok, estariam sendo expostas de forma pública na plataforma X, visíveis a qualquer usuário, independentemente de sua idade ou de sua proximidade com as pessoas retratadas, o que ampliaria significativamente os potenciais danos a elas causados;

CONSIDERANDO que as representações recebidas pelas três referidas instituições são em larga medida convergentes com notícias divulgadas na imprensa nacional e internacional, a tornar os fatos em tela públicos e notórios;

CONSIDERANDO que, no âmbito do Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000512/2026-70, em trâmite na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo, órgão do Ministério Pùblico Federal, tais fatos estão sendo percebidos, a princípio, como violadores de uma série de direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal e nos primados, nela trazidos, da dignidade humana, da igualdade entre homens e mulheres e da absoluta prioridade da proteção de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO que a possibilidade de uso da ferramenta Grok para produzir *deepfakes* de crianças e adolescentes em contexto sexualizado ou erotizado tem potencial de afetar não apenas sua imagem social, mas sobretudo sua integridade sexual, física e psicológica;

CONSIDERANDO que a conformação de tal forma permissiva dessa ferramenta contraria o disposto no art. 227, *caput*, da Constituição Federal de 1988, que prevê que é dever não apenas da família e do Estado, mas também da *sociedade* (o que inclui atores econômicos privados) colocar crianças e adolescentes a salvo de toda forma de exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que, nesse mesmo norte, a disponibilização de tal funcionalidade no Grok afronta o art. 3º da Lei nº 8.069/1990 (o chamado Estatuto da Criança e do Adolescente), quando prevê que estes grupos devem gozar de *proteção integral*;

CONSIDERNADO que, nessa mesma linha, a possibilidade de criação de *deepfakes* sem filtros rigorosos de uso, pelo Grok, nega vigência ao art. 4º, parágrafo único, alínea b, do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando este cita a necessidade de dar a esses grupos *precedência* de atendimento em todos os serviços de relevância pública – como são aqueles fornecidos por grandes plataformas digitais que operam no Brasil contemporâneo;

CONSIDERANDO, outrossim, que a disponibilização desse recurso tecnológico, sem limites estritos, favorece violações ao art. 17 do Estatuto, que prevê que toda criança e todo adolescente têm direito à imagem e à integridade física, psíquica e moral;

CONSIDERANDO também que a disponibilização de tal funcionalidade, nos termos noticiados, fornece meios técnicos, a usuários da plataforma X, até mesmo para a prática de crimes graves, como os tipificados nos arts. 241-A e 241-C do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO, ainda, que a falta de medidas técnicas que evitem um uso do Grok em prejuízo aos direitos de crianças e adolescentes vai na contramão do art. 70 do referido diploma, quando este prevê ser dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, e do seu art. 71, que dispõe que estes grupos têm direito a produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, valendo registrar que seu art. 73 é claro no sentido de que a inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade da pessoa física ou jurídica, nos termos daquela lei, e que seu art. 5º, *caput*, é firme ao dispor que qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes será punido na forma da lei;

CONSIDERANDO, também, que, embora a Lei nº 8.069/1990 já configure, por essas e outras razões, base suficiente para responsabilização de provedores de aplicação da internet, por ações e omissões que afetem direitos de crianças e adolescentes, recentemente foi sancionada a Lei nº 15.211/2025, conhecida como Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, que entrará em vigor em poucas semanas, e traz consigo uma série de obrigações específicas, entre as quais vale citar a prevista em seu art. 6º, que impõe a fornecedores destes produtos e serviços a adoção de medidas razoáveis, *desde a concepção*, voltadas a prevenir e a mitigar riscos de acesso, exposição, recomendação ou facilitação de contato a práticas relacionadas, por exemplo, à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, e à pornografia envolvendo estes grupos;

CONSIDERANDO, não bastasse, que a disponibilização de uma funcionalidade tecnológica que facilmente permite retratar mulheres adultas, sem sua autorização, em imagens como as noticiadas oportuniza violações não apenas à sua autodeterminação sexual, mas também à sua imagem e à sua integridade psíquica – na contramão de compromissos firmados pelo Brasil por meio, por exemplo, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará);

CONSIDERANDO que parte dos abusos facilmente praticados por meio do Grok, como noticiados amplamente pela imprensa, configura até mesmo *crime de violência psicológica de gênero*, recentemente tipificado no art. 147-B do Código Penal, na medida em que causam dano emocional à mulher, prejudicando e perturbando seu pleno desenvolvimento ou que visam a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante constrangimento, humilhação, valendo-se de inteligência artificial que altere imagem ou som da vítima;

CONSIDERANDO, em outra chave, que a disponibilização de meios técnicos para a criação de *deepfakes* sexualizados e erotizados de adultos, sem autorização dos implicados, ou de crianças e

adolescentes contraria inclusive a principiologia da Lei nº 12.965/2014 (conhecido como “Marco Civil da Internet”), que estabelece em seu art. 2º que o uso da internet no Brasil tem como fundamentos o respeito à liberdade de expressão, mas também os *direitos humanos*, o *desenvolvimento da personalidade e a finalidade social da rede*;

CONSIDERANDO que, embora a literalidade do art. 19 do Marco Civil preveja que provedores de aplicação da internet não seriam responsáveis pelo conteúdo danoso publicado por terceiros, salvo após decisão judicial ordenando sua retirada, é altamente questionável que tal imunidade se aplique ao contexto em tela, uma vez que os *deepfakes* sexualizados e erotizados, tal como noticiados, não são produzidos *exclusivamente por terceiros*, mas sim por meio de uma *interação* entre usuários que inserem *prompts*, de um lado, e uma ferramenta de inteligência artificial *criada e disponibilizada amplamente pelo provedor de aplicação X*, de outro – o que o torna, portanto, *coautor* de tais conteúdos, e não seu mero *intermediador*;

CONSIDERANDO que, ainda que assim não se entenda, recentemente o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 1.037.396 (Tema 987) e o Recurso Extraordinário nº 1.057.258 (Tema 533), declarou a parcial constitucionalidade do citado art. 19 do Marco Civil da Internet, precisamente por entender que ele “*não oferece proteção suficiente a direitos constitucionais relevantes*”;

CONSIDERANDO que, no referido julgamento, a Corte fixou que os provedores de aplicação da internet teriam um *especial dever de cuidado*, de adotar todas as providências necessárias para evitar a circulação massiva de *crimes especialmente graves*, como os praticados contra as mulheres em razão da condição do sexo feminino, inclusive conteúdos que propagam ódio contra elas (Lei nº 11.340/06; Lei nº 10.446/02; Lei nº 14.192/21; art. 141, § 3º; art. 146-A; art. 147, § 1º; art. 147-A; e art. 147-B do CP), e os praticados contra crianças e adolescentes (arts. 217-A, 218, 218-A, 218-B, 218-C, do Código Penal e dos arts. 240, 241-A, 241-C, 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente) - dever este que, se violado sistematicamente (por meio, por exemplo, de condutas que permitam a produção de *deepfakes* para subalternização de gênero ou para envolver menores de idade em contexto sexual ou erótico), configuraria base de responsabilização civil, independentemente de ordem judicial ou notificação extrajudicial cobrando a retirada de cada um destes conteúdos;

CONSIDERANDO, no mais, que os próprios documentos que compõem a autorregulação do X preveem que a produção, a manipulação e a disseminação de imagens de terceiros com conteúdo sexual ou erotizado, em contextos como os noticiados envolvendo o Grok, seriam *vedadas* aos usuários da plataforma, tornando insustentável, também sob esse prisma, a disponibilização de uma ferramenta de inteligência artificial, sem filtros rigorosos, que favoreça condutas como essas;

CONSIDERANDO que, por exemplo, a política do X relacionada à nudez não consensual¹ prevê serem proibidos publicar ou compartilhar imagens ou vídeos explícitos que tenham sido produzidos, *pareçam ter sido produzidos* ou tenham sido compartilhados sem o consentimento das pessoas envolvidas”, exemplificando essa categoria de irregularidade com as produções de

¹ Disponível em <https://help.x.com/pt/rules-and-policies/intimate-media>. Acesso em 16/01/2026.

"imagens ou vídeos que sobrepõem ou manipulam digitalmente o rosto de uma pessoa no corpo nu de outra", e prevendo, como consequência para tais práticas a suspensão, em caráter imediato e permanente, de qualquer conta identificada como publicadora original de mídias íntimas criadas ou compartilhadas sem consentimento, assim como qualquer conta que publicar somente esse tipo de conteúdo (por exemplo, contas dedicadas a compartilhar *deepfakes* envolvendo mulheres adultas, sem seu consentimento);

CONSIDERANDO, nessa mesma esteira, que a política do X contra a exploração sexual de menores² enunciando que haveria uma "*tolerância zero em relação a qualquer material que mostre ou promova a exploração sexual de menores*", considera irregulares tanto "*representações visuais de um menor em atos sexualmente explícitos ou sexualmente sugestivos*", quanto "*representações ilustradas, geradas por computador ou outras formas de representações realistas de um menor em um contexto sexualmente explícito ou em atos sexualmente explícitos*", e prevê, como algumas das consequências para essas práticas, "a suspensão imediata e permanente da conta", e a proibição dos violadores de criarem novas contas no futuro";

CONSIDERANDO o dever estatal de promoção da defesa do consumidor, estabelecido na norma de mais elevada hierarquia na República Federativa do Brasil (art. 5º, XXXII, da CF);

CONSIDERANDO que a legislação consumerista se aplica integralmente aos serviços digitais e às atividades desenvolvidas na internet, nos termos do art. 7º, XIII do MCI, que estabelece a "aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor nas relações de consumo realizadas na internet";

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 1/2026/SPDigi/SECOM/PR, elaborada pela Secretaria de Políticas Digitais (Spdigi) da Secretaria de Comunicação da Presidência da República a respeito de potenciais violações de direitos dos consumidores pela plataforma X, por meio da circulação de imagens de cunho sexual ou erótico produzidas a partir da ferramenta de inteligência artificial Grok;

CONSIDERANDO a denúncia encaminhada à Senaçon por parlamentares federais, noticiando o uso Grok para a geração e edição de conteúdos sintéticos de mídia, inclusive imagens sexualizadas de mulheres, de maneira não consentida, ou de crianças e adolescentes, a partir da utilização de imagens reais, com elevado grau de verossimilhança e potencial de causar danos graves e irreparáveis aos direitos à dignidade, à imagem, à privacidade e à proteção integral de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 3/2026 da Secretaria de Direitos Digitais (Sedigi) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), encaminhada à Senaçon, a respeito de circulação, na plataforma X, de imagens sexualizadas ou erotizadas de pessoas naturais, produzidas sem seu consentimento, por meio da ferramenta de inteligência artificial Grok;

² Disponível em <https://help.x.com/pt/rules-and-policies/sexual-exploitation-policy>. Acesso em 16/01/2026.

CONSIDERANDO que a plataforma X enquadra-se no conceito legal de fornecedor previsto no art. 3º do CDC, por exercer, de forma profissional e organizada, atividade econômica voltada à oferta, intermediação e viabilização de produtos e serviços, especialmente por meio do Grok;

CONSIDERANDO que a plataforma X não é passiva ou neutra, uma vez que controla infraestrutura digital na qual conteúdos são produzidos, distribuídos e priorizados, definindo regras de acesso e permanência, termos e condições de uso, padrões de funcionamento, políticas de moderação, critérios de recomendação e visibilidade, bem como mecanismos de interação, sinalização e controle de condutas, influenciando de modo decisivo a circulação de informações;

CONSIDERANDO que a oferta de produtos e serviços digitais, incluindo produtos e serviços de inteligência artificial, deve observar os direitos básicos do consumidor, especialmente quanto à garantia de segurança, à prestação de informação adequada, clara e ostensiva, à proteção contra atividades perigosas ou nocivas e à efetiva prevenção de danos patrimoniais e extrapatrimoniais, nos termos do art. 7º, XIII do MCI;

CONSIDERANDO que, sob a ótica da legislação consumerista brasileira, a oferta de produto ou serviço que viabilize a manipulação de imagens de pessoas naturais para geração de conteúdos sexualizados ou erotizados sem seu consentimento viola os arts. 6º, I, 8º e 10 do CDC, além do art. 20 do Código Civil;

CONSIDERANDO que os danos oriundos dessas violações são intensificados por características próprias do ambiente digital, e especialmente dos sistemas de inteligência artificial, em especial o processamento e a difusão em larga escala, a replicabilidade quase instantânea dos conteúdos, a automação de decisões e recomendações, a dificuldade de remoção integral de conteúdos já propagados e a persistência e a reativação dos danos ao longo do tempo;

CONSIDERANDO que a tutela conferida ao consumidor não se limita à reparação *ex post* em regime de responsabilidade objetiva de danos já consumados (arts. 12 e 14 do CDC), mas impõe ao fornecedor deveres positivos de prevenção (art. 6º, VI do CDC) e de informação adequada e clara (art. 6º, III do CDC).

CONSIDERANDO a existência de indícios suficientes da ocorrência de danos oriundos da difusão de conteúdos sexualizados ou erotizados não consentidos de pessoas naturais na plataforma X, por meio do Grok;

CONSIDERANDO o agravamento desses danos em relação a crianças e adolescentes, consumidores em condição de especial vulnerabilidade;

CONSIDERANDO a data de entrada em vigor dos arts. 52 a 54 da LGPD a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos do art. 65, I-A da LGPD, e a possibilidade de atuação da ANPD de forma coordenada com outros órgãos e entidades públicas responsáveis pela regulação de setores específicos, nos termos do art. 55-J, XXIII e §§ 3º a 5º da LGPD, que visa conferir maior eficiência estatal, além dos reflexos que as questões relativas à proteção de dados também têm em relação ao consumidor;

CONSIDERANDO as denúncias constantes nos Processos Administrativos da ANPD (Processos Eletrônicos SEI nº 00261.000178/2026-27; 00261.000196/2026-17; 00261.000245/2026-11 [2026001539455]; 00261.000246/2026-58);

CONSIDERANDO a análise realizada pela Coordenação de Fiscalização da ANPD, materializada na Nota Técnica nº 1/2026/FIS/CGF/ANPD, na qual foram propostas recomendações no intuito de resguardar titulares de violações de seus direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que as práticas de tratamento de dados pessoais constantes das denúncias – edição automatizada de imagens de terceiros por meio de inteligência artificial, inclusive de imagens originalmente publicadas por outros usuários, sem a implementação de mecanismos eficazes de verificação de idade ou finalidade legítima – podem representar graves violações aos direitos dos titulares de dados pessoais, e que as medidas anunciadas e efetivamente implementadas pela X.Corp. (representada no país pela X Brasil Internet Ltda), até o momento, ao serem submetidas a testes pela fiscalização da ANPD, se mostraram insuficientes para evitar as práticas denunciadas e para a adequação à LGPD;

CONSIDERANDO que o artigo 11 do Marco Civil da Internet exige o cumprimento da legislação brasileira e dos direitos à privacidade mesmo para pessoas jurídicas sediadas no exterior, desde que oferte serviço ao público brasileiro ou um integrante do grupo econômico tenha estabelecimento no Brasil, ambas condições existentes na hipótese;

CONSIDERANDO que, sob a ótica da proteção e defesa do consumidor, a tolerância da empresa com práticas que violam frontalmente seus próprios termos de uso e política de privacidade também pode se traduzir em publicidade enganosa e abusiva, em violação aos arts. 31, 37, 38, 39, caput, do CDC, pois a oferta contratual constante dos termos de uso e da política de privacidade não estaria sendo adimplida pelo fornecedor no serviço ao consumidor;

RESOLVEM, as instituições acima referidas, a partir das preocupações e fundamentos expostos no âmbito de suas atribuições específicas, expedir a presente

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA

para que a X BRASIL INTERNET LTDA., na qualidade de controladora da plataforma digital X, em favor da proteção dos direitos de cidadãos e cidadãs brasileiros:

- I. Implemente, de forma imediata, medidas técnicas, administrativas e de governança de dados, destinadas a impedir que a ferramenta de inteligência artificial Grok gere imagens, vídeos ou arquivos de áudio que representem crianças e adolescentes em contextos sexualizados ou erotizados, ou que representem pessoas naturais maiores de idade identificadas ou identificáveis em contextos sexualizados ou erotizados, sem sua autorização, a partir da manipulação de fotografias, imagens reais, vídeos ou arquivos de

voz, assegurando a aplicação dessas medidas a todos os planos, as versões e as modalidades do modelo de linguagem Grok;

II. Estabeleça, no prazo máximo de 30 dias, procedimentos técnicos e operacionais claros e eficazes para a identificação, a revisão e devida exclusão de imagens, vídeos ou arquivos de áudio que, atualmente ainda disponíveis na plataforma X, representem crianças e adolescentes em contextos sexualizados ou erotizados ou que representem pessoas naturais maiores de idade identificadas ou identificáveis em contextos sexualizados ou erotizados, sem sua autorização, gerados a partir de comandos de prompt direcionados por usuários à ferramenta Grok;

III. Aplique, *com urgência e efetividade*, a política relacionada à nudez não consensual³ e a política contra a exploração sexual de menores⁴ anunciadas como atualmente vigentes perante os usuários do X, demonstrando o cumprimento de seu dever de cuidado e a inexistência de falha sistêmica relacionada à circulação massiva de conteúdos graves na plataforma (conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 1.037.396 e no RE nº 1.057.258), por meio de relatórios mensais, a serem apresentados às instituições autoras desta Recomendação, a partir do final de fevereiro do corrente ano, que comprovem e detalhem, entre outras providências, a devida suspensão, em caráter imediato e permanente, de toda e qualquer conta que, valendo-se do Grok, esteja envolvida na produção de imagens com conotação sexual ou erotizada, sem consentimento da pessoa retratada, assim como de toda e qualquer conta que esteja envolvida no compartilhamento somente desse tipo de conteúdo, além da devida suspensão, em caráter também imediato e permanente, de toda e qualquer conta que, valendo-se do Grok, esteja envolvida na produção de imagens retratando menores de idade em contextos explícita ou implicitamente sexuais ou erotizados, proibindo que os autores dessas práticas criem novas contas na plataforma no futuro;

IV. Implemente mecanismo transparente, acessível e eficaz para o exercício dos direitos dos titulares de dados, que contemple o encaminhamento de denúncias relativas ao tratamento irregular, abusivo ou ilegal de dados pessoais por usuários da plataforma X, especialmente no que se refere à criação de conteúdo sintético que os represente de forma fraudulenta em contextos sexualizados ou erotizados, possibilitando resposta adequada e tempestiva às solicitações apresentadas;

V. Elabore, nos termos do art. 38 da LGPD, Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) específico voltado para as atividades de tratamento de dados pessoais necessárias para a geração de conteúdo sintético a partir da manipulação de fotografias, imagens reais, vídeos ou arquivos de áudio, disponibilizados por usuários durante a interação com o assistente de IA da Grok, que possam identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural. O RIPD deverá indicar, no mínimo:

³ Disponível em <https://help.x.com/pt/rules-and-policies/intimate-media>. Acesso em 16/01/2026.

⁴ Disponível em <https://help.x.com/pt/rules-and-policies/sexual-exploitation-policy>. Acesso em 16/01/2026.

- i. As atividades de tratamento;
- ii. A identificação do controlador e dos operadores;
- iii. A descrição das atividades de tratamento, delimitando-se:
 - a. a finalidade do tratamento;
 - b. a categoria dos dados pessoais tratados;
 - c. os tipos de dados pessoais tratados;
 - d. a natureza dos dados pessoais tratados;
 - e. a hipótese legal que permite o tratamento;
 - f. a origem dos dados pessoais;
 - g. a forma e os meios utilizados para a coleta dos dados pessoais;
 - h. as categorias dos titulares cujos dados são tratados;
 - i. a duração do ciclo de tratamento dos dados pessoais, correspondente ao tempo estimado entre a sua coleta e o término do tratamento;
 - j. a existência de uso compartilhado de dados pessoais, se houver, identificando os controladores envolvidos e a finalidade do compartilhamento; e
 - k. o país destinatário de transferência internacional de dados, se for o caso, e a informação da hipótese que permite a transferência;
- iv. As informações sobre a análise dos riscos, indicando, no mínimo:
 - a. o risco inicial;
 - b. o risco aceitável;
 - c. as medidas técnicas e administrativas, salvaguardas e mecanismos de mitigação e os correspondentes efeitos sobre os riscos;
 - d. o risco residual;
 - e. a análise do controlador com relação às medidas técnicas e administrativas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados.
 - f. A análise de riscos deverá considerar, no mínimo, os riscos de: incompatibilidade das atividades e operações de tratamento com os termos contratuais do serviço; o tratamento discriminatório ilícito ou abusivo; e os danos aos titulares decorrentes das atividades ou operações de tratamento de dados pessoais.

- v. A listagem de eventuais normas setoriais que influenciam a atividade de tratamento de dados pessoais e a informação sobre de que maneira elas influenciam o tratamento;
- vi. A avaliação sobre a necessidade do tratamento, com ênfase na minimização e na proporcionalidade de utilização dos dados pessoais para a finalidade descrita; e
- vii. Eventuais medidas adicionais para assegurar os direitos dos titulares.

O **MPF**, a **ANPD** e a **Senacon** assinalam o prazo até 27 de janeiro de 2026, para a pessoa jurídica recomendada informar às instituições signatárias a imediata adoção da medida indicada no item I da Recomendação e aquiescência quanto a seus demais itens, com apresentação de cronograma para adoção das medidas indicadas nos itens II, III, IV e V em prazo razoável, na forma do art. 6º, inciso XX, e do art. 8º, § 3º da Lei Complementar nº 75/1993; do art. 55-J, IV da Lei nº 13.709/2018, c/c art. 30 do Regulamento de Fiscalização e art. 17, III do Regimento Interno da ANPD; e do art. 106, inciso II da Lei nº 8.078/1990; dos arts. 3º, inciso II, 5º e 33, § 1º, do Decreto nº 2.181/1997; e do art. 17, incisos VIII e X, do Decreto nº 11.348/2023.

Por fim, ressaltam que, na hipótese de não acatamento da presente Recomendação dentro dos prazos pertinentes, as instituições signatárias poderão adotar as providências cabíveis, nas esferas administrativa e judicial, inclusive aquelas previstas no art. 12 do Marco Civil da Internet, no art. 35 do Código de Defesa do Consumidor, no art. 52 da Lei Geral de Proteção de Dados, a fim de que sejam impostas as medidas ora recomendadas, sem prejuízo de outras que possam se mostrar necessárias à defesa dos direitos de cidadãos e de cidadãs brasileiros impactados pelo contexto aqui abordado.

YURI CORRÊA DA LUZProcurador da República
Ministério Pùblico Federal**FABRÍCIO G. M. LOPES**Coordenador-Geral de
Fiscalização
Agência Nacional de Proteção
de Dados**OSNY DA SILVA FILHO**Diretor do Departamento de
Proteção e Defesa do
Consumidor
Secretaria Nacional do
Consumidor